

Título I – FUNDAMENTOS

I O Direito Penal no Estado de Direito

- I Direito e Direito Penal
 - 1 Considerações introdutórias
 - 2 Positivismo e Direito Penal
- II Direito Penal e Estado de Direito
- III As bases para a interpretação do Direito Penal
 - 1 A vinculação constitucional
 - 2 Proporcionalidade e sua dupla face
- IV A dogmática penal

II Funções e justificações do Direito Penal

- I Funções do Direito Penal e o bem jurídico
 - 1 Funções da pena e funções do Direito Penal
 - 2 O bem jurídico como objeto de proteção
 - 3 Conceito e funções
 - 4 Para além e/ou no entorno do bem jurídico
 - 5 Evolução e síntese
- II Teorias da pena
 - 1 Teorias retributivas
 - 1.1 Considerações críticas
 - 2 Teoria da expiação
 - 3 Teorias preventivas
 - 3.1 Teoria da união dialética, em Claus Roxin
 - 3.2 A concepção de Günther Jakobs
 - 3.3 Síntese crítica e a legislação nacional
 - 4 As teorias que desconstroem a legitimidade da pena
 - 5 As medidas de segurança

III Balizamentos metodológicos

I Sistemas penais

1 A importância do sistema na dogmática penal

1.1 Considerações iniciais

1.2 A construção e a necessidade do sistema jurídico

2 Sistemas penais

2.1 O sistema clássico ou causal: Von Liszt e Beling

2.2 O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo

2.3 O sistema da ação final de Hans Welzel

2.4 O funcionalismo

2.4.1 Antecedentes e referências gerais

2.4.2 O funcionalismo penal

2.4.3 O sistema funcional teleológico de Roxin

2.4.4 O modelo sistêmico de Jakobs e também seu Direito penal do inimigo

2.4.5 Direito penal de velocidades?

3 Considerações conclusivas

IV A estruturação dos princípios

I Princípios/postulados fundamentais

1 A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal

2 Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral

2.1 A potencialidade lesiva (concreta) da conduta

3 O princípio da insignificância

4 O princípio da legalidade e a reserva legal

4.1 A proibição de analogia *in malam partem*

5 A irretroatividade da lei penal

6 Legalidade estrita e taxatividade

7 Princípio da legalidade e Medidas Provisórias

- 8 Princípio da dignidade humana
- 9 Princípio da responsabilidade pessoal

Título II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO

V As normas penais

- I As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos
- 1 As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário
- 2 Normas penais não incriminadoras
- 3 Normas (ou leis?) penais em branco
- 4 Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais
- 5 Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes

VI Interpretação e aplicação

- I A interpretação e o intérprete
- II A proibição do excesso e o Direito Penal
- III A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal
- IV A analogia em matéria penal

VII Leis penais no tempo

- I Vigência, validade e eficácia
- II Irretroatividade e retroatividade da lei penal
- 1 Aplicação parcial de leis no tempo
- 2 Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo
- III *A abolitio criminis*
- 1 Retroatividade benéfica da jurisprudência
- IV Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade
- V *Vacatio legis*
- VI Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema
- VII O tempo do crime
- VIII Os prazos no Direito Penal

VIII Leis penais no espaço

- I Lugar do crime
- II Territorialidade
- III Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares
- IV Imunidades materiais e imunidades processuais
- 1 Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo
- V A extraterritorialidade
 - 1 Princípios gerais
 - 2 Extraterritorialidade incondicionada
 - 3 Extraterritorialidade condicionada
- VI Pena cumprida no estrangeiro
- VII Extradução
- VIII Tribunal Penal internacional

Título III – TEORIA DO DELITO

IX O conceito de crime

- I Princípio do *ne bis in idem*
- II Conceito de crime
 - 1 Conceito formal
 - 2 Conceito material
 - 3 Conceito analítico ou dogmático
- III Definições importantes
 - 1 Título do delito
 - 2 Tipo penal
 - 3 Bem jurídico
- IV Classificação das infrações penais
 - 1 Crime e contravenção
 - 2 Classificação doutrinária

- 2.1 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos
- 2.2 Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria
- 2.3 Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade
- 2.4 Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes
- 2.5 Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão)
- 2.6 Crimes de dano e de perigo
- 2.7 Crime exaurido
- 2.8 Crimes simples e complexos
- 2.9 Crimes qualificados e privilegiados
- 2.10 Crimes progressivos e progressão criminosa
- 2.11 Crime doloso, culposo e preterdoloso
- 2.12 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes
- 2.13 Crime habitual
- 2.14 Crimes uniofensivos e pluriofensivos
- V Os requisitos do fato punível
 - 1 Conduta
 - 2 Tipicidade
 - 3 Antijuridicidade
 - 4 Culpabilidade
- VI Da conduta
 - 1 Considerações gerais
 - 2 Teorias da ação
 - 2.1 Teoria causal da ação
 - 2.2 Teoria finalista da ação
 - 2.3 Teoria social da ação
 - 3 Formas de conduta

- 3.1 Comissiva
- 3.2 Omissiva
 - 3.2.1 Omissiva própria
 - 3.2.2 Omissiva imprópria ou comissiva por omissão
- 4 Da ausência de conduta
- 5 A responsabilidade penal da pessoa jurídica
 - 5.1 Introdução
 - 5.2 Culpabilidade da pessoa jurídica
 - 5.3 Dolo e culpa
 - 5.4 Aplicação da pena
 - 5.5 Direito brasileiro
- VII Da relação de causalidade
 - 1 Da conduta, do resultado e do nexu causal
 - 2 Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições (*conditio sine qua non*)
 - 2.1 Concausas
 - 2.1.1 Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito
 - 2.1.2 Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito
 - 3 Causalidade e omissão própria
 - 4 Causalidade e omissão imprópria
 - 5 Teoria da causalidade adequada
- VIII Considerações sobre a teoria da imputação objetiva
 - 1 Material de casos
 - 2 Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva
 - 2.1 Fórmula
 - 2.2 Evolução
 - 2.3 Interrogantes
 - 3 Linhas básicas da teoria da imputação objetiva

- 3.1 Exposição
- 3.2 Imputação do comportamento
- 3.3 A imputação objetiva do resultado
- 4 Algumas conclusões
- IX Tipo e tipicidade
 - 1 Considerações iniciais
 - 2 Distinções importantes
 - 2.1 Tipo e tipicidade
 - 2.2 Tipo legal e tipo de injusto
 - 2.3 Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude
 - 2.4 Tipicidade conglobante
 - 3 Funções do tipo
 - 4 Elementos do tipo
 - 4.1 Objetivos
 - 4.2 Subjetivos
 - 5 Formas de adequação típica
 - 6 Causas excludentes de tipicidade
 - 6.1 Princípio da adequação social
 - 6.2 Princípio da insignificância
- X Do dolo
 - 1 Considerações iniciais
 - 2 Elementos do dolo
 - 2.1 Elemento intelectual
 - 2.2 Elemento volitivo
 - 3 Teorias do dolo
 - 3.1 Teoria do consentimento ou da aprovação
 - 3.2 Teoria do assentimento

- 3.3 Teoria do conhecimento
 - 3.3.1 Teoria da representação
 - 3.3.2 Teoria da probabilidade
- 4 Espécies de dolo
 - 4.1 Dolo direto
 - 4.1.1 Dolo direto de segundo grau
 - 4.2 Dolo eventual
 - 4.3 Preterdolo
- 5 Dolo e pena
- XI Da culpa
 - 1 Considerações iniciais
 - 2 Espécies
 - 2.1 Culpa consciente
 - 2.2 Culpa inconsciente
 - 3 Formas de manifestação
 - 3.1 Imprudência
 - 3.2 Negligência
 - 3.3 Imperícia
 - 4 Observações finais
- XII A tentativa
 - 1 O *iter criminis* ou também denominado caminho do crime
 - 2 Teorias sobre o início da execução. Considerações
 - 2.1 Teoria formal-objetiva
 - 2.2 Teoria objetivo-material
 - 2.3 Teoria objetivo-subjetiva
 - 3 Teorias sobre a punibilidade da tentativa
 - 3.1 Teoria objetiva

- 3.2 Teoria subjetiva
- 3.3 Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão
- 4 Elementos da tentativa
- 5 Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta
 - 5.1 Tentativa inacabada ou imperfeita
 - 5.2 Tentativa acabada, perfeita ou crime falho
 - 5.3 Tentativa cruenta e tentativa incruenta
- 6 Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa
 - 6.1 Crimes culposos
 - 6.2 Crimes preterdolosos
 - 6.3 Crimes unissubsistentes
 - 6.4 Crimes omissivos puros
 - 6.5 Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio
- 7 O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17
 - 7.1 Teorias
- XIII Desistência voluntária e arrependimento eficaz
 - 1 Introdução
 - 2 Desistência voluntária
 - 3 Voluntariedade da desistência
 - 4 Consequências da desistência voluntária
 - 5 Arrependimento eficaz
 - 6 Consequências do arrependimento eficaz
 - 7 Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?
 - 8 Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz
 - 9 Arrependimento posterior – art. 16, CP
 - 10 Requisitos

- XIV Erro de tipo
 - 1 Introdução e conceito – art. 20, CP
 - 2 Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo accidental
 - 3 Erro de tipo nas leis penais em branco
 - 4 Discriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP
 - 5 Erro provocado por terceiro – art. 20, § 2º, CP
 - 6 Erro accidental
 - 7 Erro sobre objeto – *error in objecto*
 - 8 Erro sobre pessoa – *error in persona*
 - 9 Erro na execução – *aberratio ictus*
 - 10 Resultado diverso do pretendido – *aberratio criminis*
- XV Antijuridicidade
 - 1 Antijuridicidade e injusto
 - 2 Antijuridicidade formal e antijuridicidade material
 - 3 Estado de necessidade
 - 3.1 Conceito
 - 3.2 Requisitos do estado de necessidade
 - 3.3 Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo
- XVI Legítima defesa
 - 1 Agressão (atual ou iminente) injusta
 - 1.1 Direito próprio ou alheio
 - 1.2 Utilização moderada dos meios necessários
 - 1.3 Consciência da situação justificante (elemento subjetivo)
- XVII Estrito cumprimento do dever legal
 - 1 Exercício regular do direito
 - 2 Intervenções médicas e cirúrgicas
 - 3 Violência esportiva

- 4 Ofendículos
- 5 Consentimento do ofendido
- 6 Causas justas, supralegais?

XVIII Culpabilidade

- 1 Conceito
- 2 Teorias da culpabilidade
 - 2.1 Concepção psicológica da culpabilidade
 - 2.1.1 Críticas
 - 2.2 Concepção normativa da culpabilidade
 - 2.3 Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo
- 3 Elementos da culpabilidade
 - 3.1 Imputabilidade
 - 3.1.1 Conceito de imputabilidade
 - 3.1.2 Causas de exclusão da imputabilidade
 - 3.1.3 Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade
 - 3.1.4 Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado
 - 3.1.5 Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade
 - 3.1.6 Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade
 - 3.2 Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP
 - 3.3 Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior
 - 3.3.1 Conceito
 - 3.3.2 Fases da embriaguez
 - 3.3.3 Divisão da embriaguez
 - 3.3.4 Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez accidental
 - 3.3.5 Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez accidental
 - 3.4 *Actio libera in causa* – (ação livre na causa)
 - 3.5 Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP

- 3.5.1 Erro e desconhecimento da lei
- 3.5.2 Erro de proibição direto e erro de proibição indireto
- 3.5.3 Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável
- 3.5.4 Discriminantes putativas
- 3.6 Inexigibilidade de conduta diversa
 - 3.6.1 Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa
 - 3.6.2 Coação moral irresistível
 - 3.6.3 Obediência hierárquica
- XIX Concurso de pessoas
 - 1 Introdução
 - 2 Autoria. Teorias e conceito de autor
 - 2.1 Conceito unitário de autor
 - 2.2 Conceito restritivo de autor
 - 2.3 Teoria objetivo-formal
 - 2.4 Teoria objetivo-material
 - 2.5 Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação
 - 2.6 Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva
 - 3 Coautoria
 - 3.1 Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas
 - 3.1.1 O organizador
 - 3.1.2 O que subjuga a vítima
 - 3.1.3 O motorista
 - 4 Autoria mediata
 - 5 Participação e teorias
 - 5.1 Teoria da acessoriedade máxima
 - 5.2 Teoria da acessoriedade mínima

- 5.3 Teoria da acessoriedade limitada
 - 5.3.1 Espécies de participação
 - 5.3.2 Instigação
 - 5.3.3 Cumplicidade ou auxílio
- 6 Autoria, participação e delito culposo
- 7 Autoria e participação nos delitos omissivos
 - 7.1 Autoria colateral
- 8 Teorias
 - 8.1 Monística ou unitária
 - 8.2 Dualística
 - 8.3 Pluralística
- 9 Requisitos do concurso de pessoas
 - 9.1 Pluralidade de condutas
 - 9.2 Relevância causal das condutas
 - 9.3 Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes
 - 9.4 Identidade de infração
- 10 Cooperação dolosamente distinta
- 11 Participação de menor importância
- 12 Participação impunível
- 13 Circunstâncias incommunicáveis – art. 30, CP
 - 13.1 Circunstâncias objetivas
 - 13.2 Circunstâncias subjetivas
 - 13.3 Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime
- 14 Participação e arrependimento
- 15 Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal
 - 15.1 Colocação do problema
 - 15.2 Delitos especiais próprios e impróprios

- 15.3 Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin
- 15.4 A coautoria nos delitos de infração de dever
- 15.5 Autoria mediata nos delitos de infração de dever
 - 15.5.1 Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente
- 16 Conclusão
 - 16.1 Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria
- X Do concurso de crimes**
 - I Notas introdutórias
 - II Unidade e pluralidade de ações
 - III O concurso material (ou real)
 - IV O concurso formal (ou ideal)
 - V O crime continuado
 - 1 Classificações e definições conceituais
 - 2 Os critérios objetivos do *caput* do art. 70, CP
 - 2.1 Crimes da mesma espécie
 - 2.2 As condições de espaço, tempo e meios de execução
 - 2.3 Outras condições semelhantes
 - 3 Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos
 - 4 Crimes culposos
 - 5 Lei nova e crime continuado
 - 6 Aplicação da pena e prescrição
- XI O concurso aparente de normas**
 - I Introdução
 - 1 A especialidade
 - 2 A subsidiariedade
 - 3 A consunção
 - 4 Considerações finais

Título IV – Das Consequências do Crime

XII Política criminal e a pena pública

I De passagem pelos modelos de política criminal

1 Breve retrospectiva histórica

1.1 Teoria das janelas partidas (quebradas) e tolerância zero

2 Considerações gerais

II O sistema penal brasileiro

III Revisitando a pena pública

1 Apontamentos

2 Funções e teorias legitimadoras da pena

IV Das espécies de pena

1 Da pena privativa da liberdade

1.1 Pena de reclusão, de detenção e prisão simples

1.2 O regime fechado

1.3 O regime semiaberto

1.4 O regime aberto

1.5 Direitos do preso

1.6 Da detração

2 Das penas restritivas de direito

2.1 Considerações gerais e introdutórias

2.2 Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP)

2.3 Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP)

2.4 Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP)

2.5 Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP)

2.6 Da limitação de fim de semana

3 Da pena de multa

V Aplicação da pena

- VI Da sua individualização
 - 1 Considerações gerais
 - 2 A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos
 - 3 Fixação da pena, o pedido e o contraditório
- VII A dosimetria da pena: o método trifásico
 - 1 O cálculo da pena
 - 2 A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais
 - 3 Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes
 - 3.1 Circunstâncias agravantes
 - 3.2 Circunstâncias atenuantes
 - 4 Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição
 - 5 Limite máximo e unificação da pena
 - 6 O concurso de crimes
 - 6.1 Concurso material (ou real)
 - 6.2 Concurso formal (ou ideal)
 - 6.3 Crime continuado
 - 7 *Aberratio ictus* ou erro na execução
 - 8 Resultado diverso do pretendido
 - 9 Outros efeitos da condenação
 - 9.1 Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação)
 - 9.2 Efeitos não penais específicos (para determinados crimes)
 - 9.2.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo
 - 9.2.2 Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP
 - 9.3 A necessidade de decisão expressa
- VIII Da suspensão condicional da pena (*sursis*)
 - 1 A suspensão (*sursis*) a substituição da pena privativa da liberdade
 - 2 Natureza jurídica?

- 3 Pluralidade de classificações do *sursis*
- 4 Revogação do *sursis*
- 5 Prorrogação
- IX Do livramento condicional
 - 1 Livramento e execução da pena: cabimento
 - 2 Natureza jurídica do livramento condicional?
 - 3 Revogação
- X Da reabilitação
- XI Da transação penal
- XII Da suspensão condicional do processo

TÍTULO V – DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EXTINÇÃO

XIII Da ação penal

- I Ação penal condenatória e a transação penal
- II A pretensão punitiva e o conteúdo do processo
- III Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade
 - 1 Ação penal pública
 - 2 Ação penal privada
 - 3 Ação penal (privada?) subsidiária da pública

XIV Da extinção da punibilidade

- I Considerações gerais
- II Fatos extintivos da punibilidade
 - 1 – Pela morte do agente
 - 2 – Pela anistia, graça ou indulto
 - 2.1 Anistia
 - 2.2 Graça
 - 2.3 Indulto
 - 3 – Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (*abolitio criminis*)

4 – Pela prescrição, decadência ou perempção

4.1 Prescrição

4.1.1 A prescrição: conceito e fundamentos

4.1.2 Pretensão punitiva e pretensão executória

4.1.3 Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato

4.1.4 Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente

4.1.5 Prescrição após o trânsito em julgado

4.1.6 Prescrição retroativa e prescrição superveniente

4.1.7 Prescrição em perspectiva e interesse de agir

4.1.8 Cômputo e contagem dos prazos prescricionais

4.1.8.1 Regras gerais

4.1.8.2 Crimes contra a dignidade sexual de menores

4.1.8.3 Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, concurso material e formal de delitos

4.1.8.4 No trânsito em julgado

4.1.9 Redução do prazo prescricional

4.1.10 Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição

4.1.10.1 Causas impeditivas

4.1.10.2 Interrupção da prescrição

4.1.10.3 Suspensão da prescrição

4.1.10.4 Imprescritibilidade

4.1.10.5 Outras questões

4.2 A decadência

4.3 A perempção

5 Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada

6 Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite

7 Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei

8 Outras hipóteses de extinção da punibilidade

REFERÊNCIAS